

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ,DE 2020
(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Requer que sejam prestadas informações, por parte do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher na diplomacia do Itamaraty.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pela Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, as seguintes informações sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher na diplomacia do Itamaraty:

- 1- Qual a literatura especializada que fundamenta, no plano teórico, a atual orientação do Itamaraty no que toca à percepção estritamente dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher;
- 2- documentos produzidos ou registrados no âmbito do Itamaraty, públicos ou de uso interno, que formalizem a posição do governo sobre direitos sexuais e reprodutivos em foros internacionais;
- 3- enumeração de ganhos comerciais ou diplomáticos decorrentes da posição adotada pelo governo sobre direitos sexuais e reprodutivos em foros internacionais.

JUSTIFICAÇÃO

Cabe ao poder Legislativo a nobre tarefa de controlar os atos do poder Executivo. Assim, prevê a Constituição federal, em seu art. 50. Entendemos por bem dar ensejo a tão nobre e rotineiro mister, verificando, junto Ministério



das Relações Exteriores, a eventual execução de boa gestão pública do governo federal no que toca à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A esse respeito, tem-se notado diversas manifestações de membros do corpo diplomático brasileiro, desde 2019, a evidenciar que o Itamaraty mostra-se refratário, em documentos internacionais, à menção quer ao conceito de gênero, quer ao de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Nesse mesmo contexto, o presidente Jair Bolsonaro, em manifestação no Twitter em 31 de dezembro de 2019, mencionou a nefasta ideologia de gênero e o aborto, sob o disfarce de "direitos sexuais e reprodutivos".

Ainda nessa esteira, em visita à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em agosto de 2019, o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores relatou que a expressão “saúde reprodutiva da mulher” é um contrabando para a aprovação do aborto”¹.

Registra-se que a menção a direitos sexuais e reprodutivos, em documentos internacionais, é conhecida ao menos desde os Princípios resultantes da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, de 1994, e que tais direitos contam com majoritário apoio da comunidade internacional.

Dessa forma, parece-nos adequada a apresentação do presente requerimento de informações. A execução de tal controle entre poderes nada mais é que o dever de prestar contas ao cidadão-eleitor e de permitir controle público dos titulares de mandato político.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2020.

Alexandre Padilha
Deputado Federal – PT/SP

¹ <https://veja.abril.com.br/mundo/ernesto-araujo-atribui-temas-de-direitos-humanos-a-ideologias-nocivas/>

